

Bilhete Família (a partir de 4 elementos com ascendência ou descendência em linha reta, ou equivalente, comprovado legalmente) – 50 % *
 Portadores de deficiência – 50 % *;
 Bilhete de Grupo (25 ou mais bilhetes) – 10 % *;
 Protocolos com entidades terceiras – 20 % *;

* Requer comprovação documental.

** Requer comprovação documental emitida pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas.

5. São as seguintes, as Regras Gerais aplicáveis a todas as visitas:

a) Os descontos de quantidade não se aplicam a Bilhetes-Circuito;
 b) Todos os descontos aplicados a bilhetes individuais são aplicáveis a Bilhetes-Circuito.

6. Compete ao Diretor Regional de Cultura do Algarve propor à tutela a criação de novos bilhetes, bem como a atualização da lista de Bilhetes Especiais e de Bilhetes-Circuito.

7. Compete ao Diretor Regional de Cultura do Algarve a aplicação de descontos ou gratuidades casuísticas ou no âmbito do estabelecimento de parcerias ou outra situação de que resulte a criação de novos bilhetes.

O presente Despacho entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data da publicação, ressalvando-se o caso dos grupos turísticos organizados que tenham adquirido bilhetes de ingresso antes daquela data, desde que devidamente comprovado.

6 de janeiro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

207616003

Despacho n.º 2489/2014

A Direção Regional de Cultura do Alentejo, criada pelo Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), resultou de uma reforma estruturante na área da Cultura passando a reunir-se, neste mesmo organismo, algumas atribuições anteriormente cometidas ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR, IP), assim como a responsabilidade pela gestão do Museu de Évora, anteriormente dependente do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC, IP).

De acordo com o novo desenho orgânico, importa uniformizar e atualizar os critérios de acesso público aos imóveis classificados afetos a esta Direção Regional.

A reformulação das condições de acesso teve em conta o princípio fundamental do acesso universal à cultura, de modo a garantir condições de fruição aos visitantes em situação de fragilidade socioeconómica.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo único do Decreto-Lei n.º 178/82, de 15 de maio, na alínea a) do n.º 2 e do n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, manda o Governo, pela Ministra de Estado e das Finanças e pelo Secretário de Estado da Cultura:

1. São fixados os seguintes valores de ingresso nos Serviços Dependentes da Direção Regional de Cultura do Alentejo:

Ruínas de Miróbriga (Santiago do Cacém) – 3,00 €;
 Ruínas de S. Cucufate (Vidigueira) – 3,00 €;
 Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo) – 3,00 €;
 Museu de Évora – 3,00 €;
 Castelo de Evoramonte (Estremoz) – 2,00 €;
 Castelo de Viana do Alentejo (Viana do Alentejo) – 2,00 €;
 Castelo de Elvas (Elvas) – 2,00 €;
 Ruínas de Torre de Palma (Monforte) – 2,00 €;
 Castelo de Belver (Gavião) – 2,00 €.

2. É criado o seguinte Bilhete Especial:

Ingresso em todos os imóveis afetos – 18,00 €.

3. É criado o seguinte Bilhete-Circuito:

Castelo de Evoramonte, Castelo de Elvas e Museu de Évora – 5,00 € (bilhete válido por 6 meses).

4. A realização de visitas guiadas pela Direção Regional de Cultura rege-se pela seguinte tabela:

Visitas guiadas pelo Serviço Educativo e visitas de estudo (mediante marcação prévia confirmada) – Gratuito *;

Visitas Específicas em Contexto Académico – 1,00 € por pessoa *;

Visitas Guiadas em Horário de Funcionamento – 1,00 € por pessoa *;

Visitas Guiadas Fora do Horário de Funcionamento (mediante marcação prévia confirmada) – 1,50 € por pessoa *.

* Com a exceção da Gruta do Escoural.

5. Aprova-se ainda a seguinte tabela de isenções e descontos:

Isenções:

1.º Domingo de cada mês para visitas individuais ou grupos até 12 pessoas, inclusive;

Crianças até aos 12 anos, inclusive *;

Visitantes em situação de desemprego residentes na União Europeia *;

Investigadores/conservadores/restauradores, profissionais de museologia e/ou património em exercício de funções *;

Membros do ICOM, ICOMOS e APOM *;

Jornalistas em exercício de funções, mediante comunicação prévia *;

Professores e alunos de qualquer grau de ensino, incluindo Universidades Sénior ou de 3.ª Idade, quando comprovadamente em visita de estudo e mediante marcação prévia confirmada pela Direção do Palácio, Museu ou Monumento *;

Grupos credenciados de Instituições Portuguesas de Solidariedade Social ou de Áreas de Ação Social de Autarquias ou outras Instituições de Interesse Público mediante autorização prévia *;

Visitantes com mobilidade reduzida e 1 acompanhante.

*Requer comprovação documental.

*Requer comprovação documental.

Descontos:

Visitantes com idade igual ou superior a 65 anos – 50 % *;

Cartão de Estudante – 50 % *;

Cartão Jovem – 50 %;

Família Numerosa (2 adultos + filhos) – 50 % **;

Bilhete Família (a partir de 4 elementos com ascendência e/ou descendência em linha reta, ou equivalente, comprovado legalmente) – 50 % *;

Protocolos com entidades terceiras – 50 %;

Portadores de deficiência – 50 %.

* Mediante comprovação documental.

** Requer comprovação documental emitida pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas.

Descontos de grupo:

Bilhete de grupo (15 a 30) – preço por pessoa:

Ruínas de Miróbriga (Santiago do Cacém) – 2,50 €;

Ruínas de S. Cucufate (Vidigueira) – 2,50 €;

Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo) – 2,50 €;

Museu de Évora – 2,50 €;

Castelo de Evoramonte (Estremoz) – 1,50 €;

Castelo de Viana do Alentejo (Viana do Alentejo) – 1,50 €;

Castelo de Elvas (Elvas) – 1,50 €;

Ruínas de Torre de Palma (Monforte) – 1,50 €;

Castelo de Belver (Gavião) – 1,50 €.

Bilhete de grupo (31 a 50) – preço por pessoa:

Ruínas de Miróbriga (Santiago do Cacém) – 2,00 €;

Ruínas de S. Cucufate (Vidigueira) – 2,00 €;

Museu de Évora – 2,00 €;

Castelo de Evoramonte (Estremoz) – 1,50 €;

Castelo de Viana do Alentejo (Viana do Alentejo) – 1,50 €;

Castelo de Elvas (Elvas) – 1,50 €;

Ruínas de Torre de Palma (Monforte) – 1,50 €;

Castelo de Belver (Gavião) – 1,50 €.

Bilhete de grupo (mais de 51) – preço por pessoa:

Ruínas de Miróbriga (Santiago do Cacém) – 1,50 €;

Ruínas de S. Cucufate (Vidigueira) – 1,50 €;

Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo) – 1,50 €;

Museu de Évora – 1,50 €;

Castelo de Evoramonte (Estremoz) – 1,00 €;

Castelo de Viana do Alentejo (Viana do Alentejo) – 1,00 €;

Castelo de Elvas (Elvas) – 1,00 €;

Ruínas de Torre de Palma (Monforte) – 1,00 €;

Castelo de Belver (Gavião) – 1,00 €.

6. São as seguintes as regras gerais às entradas nos espaços públicos:

a) É obrigatória marcação prévia para grupos superiores a 50 pessoas;

b) Os Bilhetes Especiais dispõem de um prazo de validade de um ano.

7. Compete ao Diretor Regional de Cultura do Alentejo propor à tutela a criação de novos bilhetes, bem como a atualização da lista de Bilhetes Especiais e de Bilhetes-Circuito.

8. Compete ao Diretor Regional de Cultura do Alentejo a aplicação de descontos ou gratuidades casuísticas ou no âmbito do estabelecimento de parcerias ou outra situação de que resulte a criação de novos bilhetes.

O presente Despacho entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data da publicação, ressalvando-se o caso dos grupos turísticos organizados que tenham adquirido bilhetes de ingresso antes daquela data, desde que devidamente comprovado.

6 de janeiro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

207615875

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso (extrato) n.º 2345/2014

Por despacho de 16 de janeiro de 2014 da Subdiretora-Geral, na qualidade de substituto legal do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, proferido nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 366/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 237/2004 de 18 de dezembro, mantido em vigor pelo n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15.12 foi autorizada a manutenção de uma equipa de projeto na Direção de Serviços de Comunicação e Apoio ao Contribuinte a seguir indicada:

Trabalhador designado para a chefia da equipa	Categoria	Período de duração	
		Início	Fim
Manuel Gonçalo do Carmo Duarte	TAT2	01.01.2014	31.12.2015

30 de janeiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.
207607759

Aviso (extrato) n.º 2346/2014

Por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 30.01.2014, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de adjunto de chefe de finanças, Ernesto Belo Louro, no S.F. Sintra 3, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.02.2014, cessando o regime de substituição, no cargo de adjunta de chefe de finanças, a técnica de administração tributária, nível 2, Ângela Paula Vieira Lopes, com efeitos a 31.01.2014 (inclusive).

5 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.
207607986

Aviso n.º 2347/2014

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi renovada a comissão de serviço do Licenciado Fernando Augusto da Fonseca Parsotam, no cargo de Chefe da Divisão de Inspeção Tributária III, da Direção de Finanças de Setúbal, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

6 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

207600824

Aviso n.º 2348/2014

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi renovada a comissão de serviço do Licenciado Ângelo Manuel Loureiro Manero Lemos, no cargo de Chefe da Divisão da Inspeção Tributária I, da Direção de Finanças de Aveiro, ao abrigo do disposto no artigo 23.º

da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

6 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

207600735

Declaração de retificação n.º 156/2014

Por ter saído com inexatidão o despacho n.º 753/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 17 de janeiro de 2014, retifica-se que onde se lê:

«1 — [...]
2 — [...]
2.1 — [...]

a) [...]
b) [...]

c) Decidir os pedidos de reembolso do imposto sobre o valor acrescentado a seguir indicados, bem como de exigência de caução, fiança bancária ou outra garantia adequada quando a quantia a reembolsar se encontre entre € 1.000,00 e € 2 500 000,00, conforme o n.º 7 do artigo 22.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, que sejam apresentados por:

i) [...]

ii) [...]

iii) Sujeitos passivos não estabelecidos no interior do país, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 408/87, de 31 de dezembro;

iv) [...]

v) [...]

vi) [...]

deve ler-se:

«1 — [...]
2 — [...]
2.1 — [...]

a) [...]
b) [...]

c) Decidir os pedidos de reembolso do imposto sobre o valor acrescentado a seguir indicados, bem como de exigência de caução, fiança bancária ou outra garantia adequada quando a quantia a reembolsar se encontre entre € 30.000,00 e € 2 500 000,00, conforme o n.º 7 do artigo 22.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, que sejam apresentados por:

i) [...]

ii) [...]

iii) Sujeitos passivos não estabelecidos no interior do país, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto;

iv) [...]

v) [...]

vi) [...]

e onde se lê:

«IV — [...]

2 — Autorizo a subdelegação das competências constantes da alínea a) do número anterior, nos seguintes termos:

i) No diretor de serviços da área funcional da cobrança, quando o valor do pedido esteja compreendido entre € 100.000,01 e € 125.000,00 para o IRS e € 125.000,01 e € 200.000,00 para o IRC;

ii) Nos diretores de finanças, com possibilidade de subdelegação nos diretores de finanças-adjuntos, nos casos em que o valor do pedido seja igual ou inferior a € 100.000 para o IRS e € 125.000 para o IRC.»

deve ler-se:

«IV — [...]

2 — Autorizo a subdelegação das competências constantes do número anterior, nos seguintes termos:

2.1 — As constantes da alínea a):

a) No diretor de serviços da área funcional da cobrança, quando o valor do pedido esteja compreendido entre € 100.000,01 e € 125.000,00 para o IRS e € 125.000,01 e € 200.000,00 para o IRC;

b) Nos diretores de finanças, com possibilidade de subdelegação nos diretores de finanças-adjuntos, nos casos em que o valor do pedido seja igual ou inferior a € 100.000 para o IRS e € 125.000 para o IRC.